

CONPEL - COMPANHIA NORDESTINA DE PAPEL

Cia. Aberta - CNPJ: 09.116.278/0001-01

Registro CVM: 00468-5

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

30 DE SETEMBRO DE 2014

CONPEL - COMPANHIA NORDESTINA DE PAPEL



RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos
Diretores e Acionistas da
CONPEL – COMPANHIA NORDESTINA DE PAPEL
Conde – PB.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias individuais da **CONPEL – COMPANHIA NORDESTINA DE PAPEL**, contidas no Formulário de Informações Trimestrais– ITR, referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2014, que compreendem o balanço patrimonial, as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três e nove meses findo nesta data, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo nesta data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as informações financeiras intermediárias

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 –Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias acima referidas, lidas em conjunto com as notas explicativas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicável à emissão de informações trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as notas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfases

Conforme descrito na nota explicativa 02, as demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Conpel – Companhia Nordestina de Papel, essas práticas diferem da IFRS, aplicável às demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere à opção pela manutenção do saldo de ativo diferido, existente em 30 de setembro de 2014, que vem sendo amortizado, conforme nota explicativa nº 15. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

As demonstrações contábeis mencionadas no primeiro parágrafo foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a uma Empresa em continuidade normal dos negócios, que pressupõe a realização de ativos, bem como a liquidação das obrigações no curso normal dos negócios. A Companhia apresentou significativos prejuízos nos últimos exercícios, situação que está se repetindo para o terceiro trimestre de 2014, conseqüentemente está apresentando passivo a descoberto. Conforme mencionado na nota explicativa 1, a administração da Companhia vem tomando diversas medidas para reversão dessa situação e, conseqüentemente, para retomada e manutenção do curso normal das atividades. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração intermediária do valor adicionado individual referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias individuais tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão dos valores comparativos do ano anterior

As Informações Trimestrais (ITR) mencionadas no primeiro parágrafo incluem informações contábeis correspondentes ao resultado, mutações do patrimônio líquido e fluxos de caixa do trimestre findo em 30 de setembro de 2013, obtidas das Informações Trimestrais (ITR) daquele trimestre, e as do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013, obtidas das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2013, apresentadas para fins de comparação.

A revisão das Informações Trimestrais (ITR) do trimestre findo em 30 de setembro de 2013 e o exame das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentadas comparativamente, foram auditados por nós, onde emitimos relatórios de revisão trimestral e de auditoria com data de 11 de novembro de 2013 e 14 de março de 2014, respectivamente, sem ressalvas.

Joinville (SC), 05 de novembro de 2014.

ALFREDO HIRATA
Contador CRC (SC) nº 018.835/O-7-T-SP



MARTINELLI AUDITORES
CRC (SC) nº 001.132/O-9

RELATÓRIO DE DESEMPENHO

A Diretoria da empresa Conpel Cia Nordestina de Papel, com atividades no segmento de fabricação de papeis do tipo Kraft, chapas e embalagens de caixas, bem como a industrialização de sacos simples e multifoliados, apresenta e submete para apreciação o Comentário de Desempenho e suas informações trimestrais – ITRs finalizados em 30 de Setembro de 2014 e 2013.

DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO

Contas de Resultado

As embalagens produzidas pela Conpel atendem vários setores, com destaque aos relacionados à construção civil, gêneros alimentícios e produtos de higiene e limpeza.

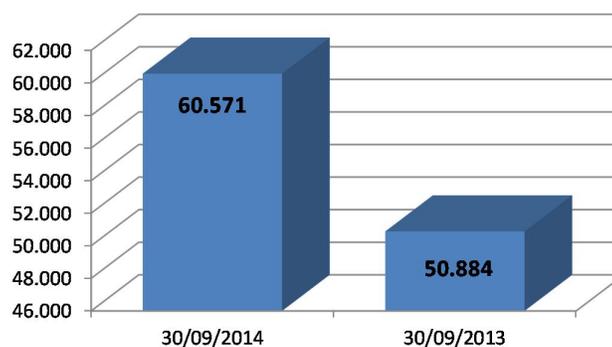
CONPEL - CIA. NORDESTINA DE PAPEL

CNPJ : 09.116.278/0001-01
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
 (Expressos em milhares de reais)

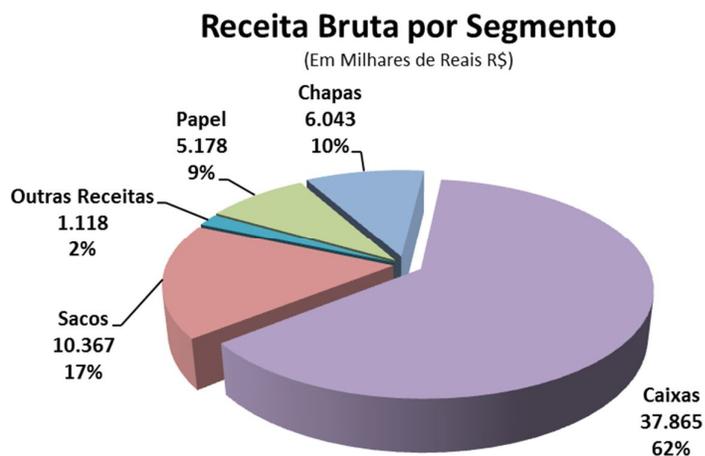
RESULTADO POR FUNÇÃO	30/09/2014	%	30/09/2013	%
Receita Operacional Líquida	38.685		33.528	
(-) Custos do Produtos Vendidos	(37.834)		(31.575)	
Lucro Bruto	851	2,20%	1.953	5,83%
<i><u>Despesas Operacionais</u></i>				
Com Vendas	(696)	1,80%	(1.844)	5,50%
Gerais e Administrativas	(4.889)	12,64%	(2.833)	8,45%
Outras Receitas e Despesas	(3.809)	9,85%	1.173	-3,50%
Lucro antes do Result. Financeiro e Tributos	(8.543)	22,08%	(1.551)	4,63%
<i><u>Resultado Financeiro</u></i>				
Receitas Financeiras	122	0,32%	162	0,48%
Despesas Financeiras	(17.201)	44,46%	(9.542)	28,46%
Resultado Antes Imp. de Renda Contrib. Social	(25.622)	66,23%	(10.931)	32,60%
Imposto de Renda e Contribuição Diferidos	1.008	2,61%	38	-0,11%
Prejuízo Líquido do Exercício	(24.614)	63,63%	(10.893)	32,49%

Receita Operacional Bruta

A receita operacional bruta apresentou aumento de 19,04%, fato atribuído ao crescimento das vendas e a melhores políticas de preço praticadas ao segmento de ondulados no terceiro trimestre de 2014.

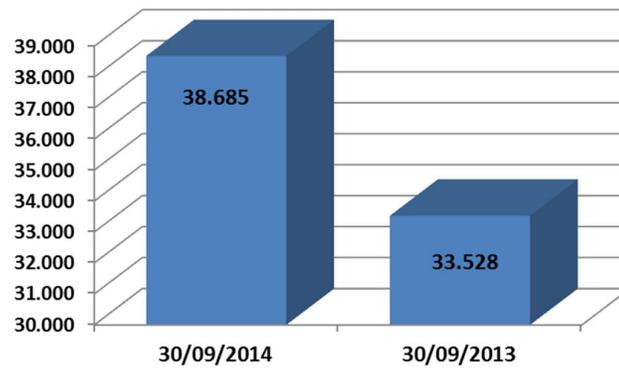


No gráfico abaixo é demonstrado a participação de cada linha de produto sobre a Receita Operacional Bruta.



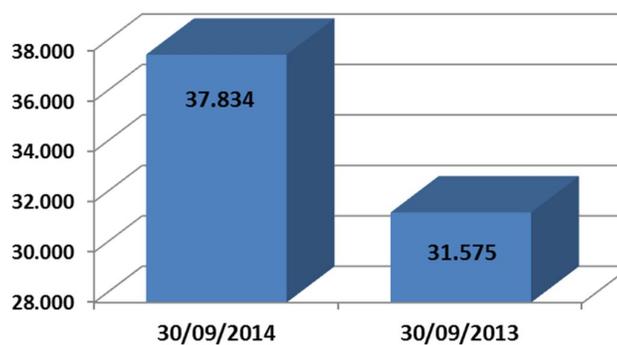
Receita Operacional Líquida (ROL)

Consequentemente, a receita operacional líquida demonstrou acréscimo de 15,38% em relação a 2013, refletindo positivamente nos resultados do terceiro trimestre de 2014.



Custo dos Produtos Vendidos (CPV)

Os custos dos produtos vendidos em Setembro/2013 representavam 62,1% da Receita Bruta, em Setembro/2014 passaram a representar 62,5%. A Companhia continuará atuando fortemente na redução de seus custos de produção e projeta melhorias já no quarto trimestre de 2014.



Perspectivas e Estratégias de Longo Prazo

A CONPEL é reconhecida pela qualidade de seus produtos e pelo bom atendimento, apresentando desempenho compatível com a realidade e oportunidades do mercado nordestino.

No 3º Trimestre iniciamos um programa de controle e acompanhamento da planta industrial, o qual foi importante, pois conseguimos obter resultados imediatos na produção. Este processo deve ser concluído até o final deste ano e nossa expectativa está em obtermos ganho de produção em torno de 10% a 15%.

Na unidade de ondulados (papel, chapas e caixas), demos continuidade na consolidação de investimentos, os quais resultaram em ganho de produtividade, com níveis de produção que possibilitaram atender a crescente demanda regional.

Em sacarias, a redução da produção, impactada pela alta competitividade no setor, proporciona a busca por novos segmentos no mercado de embalagens e impulsiona a companhia no aperfeiçoamento de seus processos produtivos.

A companhia destaca a importância de investimentos em suas unidades produtivas, visto que são fundamentais para o crescimento da empresa nos próximos anos, principalmente porque a região Nordeste demonstra índices de crescimento acima da média do país.

Responsabilidade Social e Ambiental

A Conpel contou com o apoio de 368 colaboradores em Setembro de 2014. Os benefícios sociais para estes colaboradores englobam alimentação, assistência médica, assistência odontológica, seguro de vida, vale-transporte, cesta básica, entre outros.

A companhia mantém em seu processo de produção a prática de uma rigorosa política ambiental de responsabilidade em relação aos recursos naturais.

Conde - PB, 27 de Outubro de 2014.

A ADMINISTRAÇÃO

CONPEL - CIA. NORDESTINA DE PAPEL

CNPJ : 09.116.278/0001-01

BALANÇOS PATRIMONIAIS

(Expressos em milhares de reais)

ATIVO	Nota	30/09/2014	31/12/2013
CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	6	874	683
Contas a Receber de Clientes	7	14.890	11.952
Estoques	8	17.131	14.519
Adiantamento a Fornecedores	9	816	3.466
Impostos a Recuperar	10	573	362
Outros Créditos	11	98	69
Despesas do Exercício Seguinte		241	80
Total do Ativo Circulante		34.623	31.131
NÃO-CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Impostos a Recuperar	10	72	6
Empresas Ligadas	12	1.701	759
Créditos Tributários Diferidos	13	13.993	13.191
Outros Créditos	11	1.124	845
Total do Realizável a Longo Prazo		16.890	14.801
Imobilizado	14	46.366	46.424
Diferido	15	97	333
Total do Ativo Não-Circulante		63.353	61.558
TOTAL DO ATIVO		97.976	92.689

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONPEL - CIA. NORDESTINA DE PAPEL

CNPJ : 09.116.278/0001-01

BALANÇOS PATRIMONIAIS

(Expressos em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)	Nota	30/09/2014	31/12/2013
CIRCULANTE			
Fornecedores	17	8.513	8.397
Empréstimos e Financiamentos	18	10.850	6.450
Obrigações Sociais	19	8.843	5.651
Obrigações Tributárias	20	81.425	63.963
Adiantamento de Clientes	21	1.208	1.172
Outras Obrigações		279	454
Total do Passivo Circulante		111.118	86.087
NÃO-CIRCULANTE			
Obrigações Sociais	19	2.123	3.482
Obrigações Tributárias	20	7.687	1.216
Empresas Ligadas	12	2.243	2.279
Provisões para Contingências	22	10.086	10.086
Impostos Diferidos	23	21.757	21.963
Total do Passivo Não-Circulante		43.896	39.026
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)			
Capital Social	25	22.338	22.338
Ajuste Avaliação Patrimonial		37.833	38.753
Prejuízos Acumulados		(117.209)	(93.515)
Total do Patrimônio Líquido		(57.038)	(32.424)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)		97.976	92.689

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONPEL - CIA. NORDESTINA DE PAPEL

CNPJ : 09.116.278/0001-01

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

(Expressos em milhares de reais)

RESULTADO POR NATUREZA	Nota	30/09/2014	30/09/2013
Receita Operacional Líquida	26	38.685	33.528
(-) Custos do Produtos Vendidos		(37.834)	(31.575)
Lucro Bruto		851	1.953
<i>Despesas Operacionais</i>			
Com Vendas	27	(696)	(1.844)
Gerais e Administrativas	28	(4.889)	(2.833)
Outras Receitas e Despesas	29	(3.809)	1.173
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras		(8.543)	(1.551)
<i>Resultado Financeiro</i>			
Receitas Financeiras	30	122	162
Despesas Financeiras	30	(17.201)	(9.542)
Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		(25.622)	(10.931)
Imposto de Renda e Contribuição Diferidas		1.008	38
Resultado Líquido do Exercício		(24.614)	(10.893)
Prejuízo por Ação:		(1,36)	(0,60)

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONPEL - CIA. NORDESTINA DE PAPEL
CNPJ : 09.116.278/0001-01
DEMONSTRAÇÕES DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 (Expressos em milhares de reais)

	Nota	Capital Social	Reserva de Lucros Incentivos Fiscais	Prejuízos Acumulados	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Patrimônio Líquido Total
Em 31 de dezembro de 2012		22.338	9.967	(68.890)	39.979	3.394
Resultado do Exercício		-	-	(10.893)	-	(10.893)
(-) Realização do Custo Atribuído		-	-	1.316	(869)	447
Constituição Reserva Inc. Fiscais		-	1.676	(1.676)	-	-
Em 30 de Setembro de 2013		22.338	11.643	(80.144)	39.110	(7.052)
Resultado do Exercício		-	-	(25.556)	-	(25.556)
(-) Realização do Custo Atribuído		-	-	541	(357)	184
Constituição Reserva Inc. Fiscais	17 - b)	-	(11.643)	11.643	-	-
Em 31 de Dezembro de 2013		22.338	-	(93.515)	38.753	(32.424)
Resultado do Exercício		-	-	(24.614)	-	(24.614)
(-) Realização do Custo Atribuído		-	-	920	(920)	0
Em 30 de Setembro de 2014		22.338	-	(117.209)	37.833	(57.038)

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



CONPEL - CIA. NORDESTINA DE PAPEL

CNPJ : 09.116.278/0001-01

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

(Expressos em milhares de reais)

	<u>30/09/2014</u>	<u>30/09/2013</u>
RESULTADO DO EXERCÍCIO	(24.614)	(10.893)
<i>Outros Resultados Abrangentes</i>		
(+) Ajuste pelo Custo Atribuído	-	447
RESULTADO ABRANGENTE	<u>(24.614)</u>	<u>(10.446)</u>

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONPEL - CIA. NORDESTINA DE PAPEL

CNPJ : 09.116.278/0001-01

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

(Expressos em milhares de reais)

	<u>30/09/2014</u>	<u>30/09/2013</u>
DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado Líquido do Exercício	(24.614)	(10.893)
Ajustes:		
Depreciação e Amortização	2.526	2.490
Reversão de Créditos de Liquidação Duvidosa	(61)	(53)
Provisão para Perdas s/ Recebíveis	1.181	174
Juros Provisionados	263	1.338
Lucro Líquido do Exercício Ajustado	(20.705)	(6.944)
Clientes	(4.058)	(1.301)
Estoques	(2.612)	(5.144)
Impostos a Recuperar	(1.079)	(77)
Despesas do Exercício Seguinte	(161)	(104)
Outros Créditos	2.343	47
(Aumento) ou Diminuição do Ativo	(5.567)	(6.579)
Fornecedores	116	3.111
Obrigações Sociais e Tributárias	25.560	13.752
Adiantamento de Clientes	36	606
Outras Obrigações	(175)	66
Aumento ou (Diminuição) do Passivo	25.537	17.535
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	(735)	4.012
DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de Imobilizado	(2.232)	(74)
Empréstimos Concedidos a Pessoas Ligadas	(978)	(1.355)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Investimento	(3.210)	(1.429)
DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimento de Empréstimos e Financiamentos	33.865	5.065
Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	(29.729)	(8.229)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Financiamento	4.136	(3.164)
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	191	(581)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	683	1.250
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	874	669

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONPEL - CIA. NORDESTINA DE PAPEL

CNPJ : 09.116.278/0001-01

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

(Expressos em milhares de reais)

	30/09/2014	30/09/2013
RECEITAS		
Venda dos Produtos	55.521	47.726
Realização do Custo Atribuído	-	447
Constituição de IRPJ/CSLL Diferidos	(206)	(227)
Reversão de Créditos de Liquidação Duvidosa	61	53
Provisão para Perdas s/ Recebíveis	(1.181)	(174)
Provisão para Contingências		
Reversão Provisão Para Contingências		
Incentivos Fiscais Recebidos	1.597	1.676
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Custos dos Produtos Vendidos	(25.894)	(21.949)
Materiais - energia, serv. Terceiros e outros	(11.940)	(4.150)
VALOR ADICIONADO BRUTO	17.958	23.402
DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	(2.526)	(2.490)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	15.432	20.912
VALOR ADICIONADO RECEBIDO (CEDIDO) EM TRANSFERENCIA		
Receitas Financeiras	122	162
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (RECEBER)	15.554	21.074
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	15.554	21.074
<i>Pessoal</i>		
Remuneração Direta	7.129	5.892
Benefícios	1.327	1.158
FGTS	557	502
<i>Impostos, Taxas e contribuições</i>		
Federais	10.810	9.172
Estaduais	6.797	5.660
Municipais	0	26
<i>Remuneração de capitais de terceiros</i>		
Juros	13.507	9.542
Aluguéis	41	15
<i>Remuneração de capitais Próprios</i>		
Resultado do exercício	(24.614)	(10.893)

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONPEL CIA NORDESTINA DE PAPEL
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO
AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
ENCERRADAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2014
(Em milhares de Reais)

NOTA 1 - INFORMAÇÕES GERAIS

A Empresa Conpel Cia Nordestina de Papel fabrica papéis do tipo Kraft, chapas e embalagens de caixas, bem como, a industrialização de sacos simples e multifoliados.

As embalagens produzidas pela Conpel atendem vários setores, com destaque aos materiais de construção, gêneros alimentícios e produtos de higiene e limpeza.

A Empresa Conpel Cia Nordestina de Papel é uma companhia aberta e está registrada na CVM – Comissão de Valores Mobiliários com registro nº 00468-5, tem sua inscrição no CNPJ sob nº 09.116.278/0001-01 e NIRE nº 2530000622-6. Está sediada na cidade do Conde, estado da Paraíba, na Rodovia BR 101 - Km 06, S/nº, Bairro Vale do Gramame, CEP 58.322-000.

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações. Neste contexto, a Companhia está promovendo ações que visam à integridade deste capital. Para esta finalidade, ações relacionadas à redução do endividamento bancário, redução de custos promovidos através de melhores negociações com fornecedores, diminuição das despesas financeiras, renegociação de contratos junto aos clientes da Companhia e através de ações organizadas para a redução dos seus custos fixos e despesas comerciais e administrativas, proporcionando desta forma, retorno aos seus acionistas e garantia as demais partes interessadas.

A emissão destas demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração em 27 de Setembro de 2014.

NOTA 2 - BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis do trimestre findo em 30 de Setembro de 2014 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07, Lei nº 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários. As demonstrações Contábeis apresentam saldo no ativo diferido, o qual foi mantido por opção da Companhia e de acordo com a Legislação brasileira vigente, desta forma não são consideradas como estando conforme as IFRS, as quais não contemplam esta conta.

NOTA 3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1 Classificações de Itens Circulantes e Não-Circulantes

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendos ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

3.2 Compensações entre Contas

Como regra geral, nas demonstrações contábeis, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e esta compensação reflete a essência da transação.

3.3 Transações em Moeda Estrangeira

Os itens nestas demonstrações contábeis são mensurados em moeda funcional - Reais (R\$) que é a moeda do principal ambiente econômico em que a empresa atua e na qual são realizadas praticamente todas as suas transações.

Transações em outras moedas são convertidas para a moeda funcional conforme determinações do Pronunciamento Técnico CPC 02 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras. Os itens monetários são convertidos pelas taxas de fechamento e os itens não-monetários pelas taxas da data da transação.

3.4 Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em poder da empresa, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez com vencimento original em três meses ou menos.

3.5 Ativos Financeiros

A companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. A companhia possui ainda Aplicações Financeiras classificadas como realizáveis em Curto Prazo, pois as mesmas referem-se aos excedentes do caixa diário que movimentam assim constantemente as Aplicações, havendo resgates e inserções de numerários.

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo.

(b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

Os empréstimos e recebíveis da empresa compreendem "contas a receber de clientes e demais contas a receber" e "caixa e equivalentes de caixa".

3.6 Contas a Receber de Clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de produtos no decurso normal das atividades da Companhia.

As contas a receber de clientes, inicialmente, são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para impairment (perdas no recebimento de créditos).

As Contas a Receber de clientes não foram ajustadas a seu valor presente por estarem em sua maioria vencidas ou com prazos de vencimento em curto prazo.

3.7 Estoques

Os estoques são demonstrados pelo custo médio das compras, líquido dos impostos compensáveis quando aplicáveis, sendo inferior aos valores de realização líquidos dos custos de venda. Os estoques de produtos acabados compreendem as matérias-primas processadas e envolvimento de mão de obra direta e custos de produção na valorização dos itens.

Quando necessário, os estoques são deduzidos de provisão para perdas com estoques, constituída em casos de desvalorização de estoques, obsolescência de produtos e perdas de inventário físico.

Adicionalmente, em decorrência da natureza dos produtos da Companhia, em casos de obsolescências de produtos acabados, os mesmos podem ser reciclados, para reutilização na produção.

3.8 Imobilizado

A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, estimados com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto terrenos, os quais não são depreciados. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada se necessário, podendo variar com base na atualização tecnológica de cada unidade.

3.9 Diferido

Considerando as exceções opcionais na data da transição para as novas normas contábeis, a companhia optou por manter até a sua realização no Diferido, os saldos relacionados com as despesas pré-operacionais que apresentam previsão de recuperabilidade, para amortização durante o prazo dos benefícios auferidos.

3.10 Impairment de Ativos Não-Financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida não estão sujeitos a amortização e são testados anualmente para a verificação de impairment. Os ativos que estão sujeitos a depreciação ou amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

3.11 Contas a Pagar a Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente.

3.12 Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate (pagamentos) é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

3.13 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a empresa tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor foi estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

3.14 Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda corrente e diferido. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio.

O encargo de imposto de renda corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos as autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos lançados no ativo não circulante e no passivo não circulante decorrem de diferenças temporárias originadas entre receitas e despesas lançadas no resultado, entretanto, adicionadas ou excluídas temporariamente na apuração do lucro real e da contribuição social.

3.15 Benefícios a Empregados

A Companhia concede aos empregados benefícios que envolvem seguro de vida, assistência médica e outros benefícios, os quais respeitam o regime de competência em sua contabilização, sendo cessados após término do vínculo empregatício.

3.16 Apurações do Resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas.

3.17 Reconhecimentos das Receitas de Vendas

A receita de vendas compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A empresa reconhece a receita quando:

- (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade; e
- (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades. O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. Baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

3.18 Julgamentos e Uso de Estimativas Contábeis

O processo de elaboração das demonstrações contábeis envolve a utilização de estimativas. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem:

- a) Créditos de liquidação duvidosa são provisionados e posteriormente lançados para perdas quando esgotadas as possibilidades de recuperação;
- b) Constituição de provisões para redução ao valor recuperável dos estoques;
- c) Revisão da vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis e de sua recuperação nas operações;
- d) Mensuração do valor justo de instrumentos financeiros;
- e) Passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto a assessoria jurídica da empresa; e,
- f) As taxas e prazos aplicados na determinação do ajuste a valor presente de certos ativos e passivos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de estimativa. Essas estimativas e premissas são revisadas periodicamente.

3.19 Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

A legislação societária brasileira requer para empresas de capital aberto a apresentação da demonstração do valor adicionado como parte do conjunto das informações trimestrais apresentadas pela Companhia. Esta demonstração tem por finalidade

evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante os períodos apresentados.

O IFRS não requer a apresentação dessa demonstração. Como consequência, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações trimestrais.

3.20 Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações ainda não em vigor

IFRS 9 – Instrumentos financeiros

Essa nova norma aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 tem o objetivo, em última instância, de substituir a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. Essa norma entra em vigor a partir de 2015, mas vem sendo revisada desde a sua emissão. A administração ainda não concluiu a avaliação dos impactos de sua adoção.

É bom ressaltar que essas revisões e novas normas ainda não foram objeto de emissão pelo CPC das equivalentes normas novas ou revisadas nas práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo o processo de homologação pelos reguladores competentes. Em geral, as adoções antecipadas de normas novas ou revisadas e interpretações, embora encorajadas pelo IASB, não estão permitidas ou não estão disponíveis nas práticas contábeis adotadas no Brasil. Portanto, essas normas novas e/ou revisadas não estão contempladas nessas demonstrações contábeis da Companhia.

NOTA 4 - GERENCIAMENTO DE RISCOS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em atendimento a Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnico CPC n.º 38, 39 e 40, e a Instrução CVM 475, de 17 de Setembro de 2008, a Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 30 de Setembro de 2014, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

- a) Recebíveis: São classificados como recebíveis os valores de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros ativos circulantes, cujos valores registrados aproximam-se, na data do balanço, aos de realização.
- b) Aplicações Financeiras: As aplicações são classificadas como mantidas para negociação ou como caixa e equivalentes de caixa, quando resgatáveis em curtíssimo prazo (inferior a 90 dias). Os valores registrados equivalem, na data do balanço, aos seus valores de mercado, com as variações nesses valores refletidas na demonstração do resultado.
- c) Outros passivos financeiros: São classificados neste grupo os empréstimos e financiamentos, os saldos mantidos com fornecedores e outros passivos circulantes. Os

empréstimos e financiamentos são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais.

d) Valor justo: Os valores justos dos instrumentos financeiros são iguais aos valores contábeis.

Riscos de taxas de juros

O objetivo da política de gerenciamentos de taxas de juros da Companhia é o de minimizar as possibilidades de perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

Para o gerenciamento do risco de taxa de juros, a Companhia adota a estratégia de diversificação de instrumentos financeiros lastreado em taxas fixas e variáveis.

A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas e adotam política conservadora de captação e aplicação de seus recursos financeiros.

Risco de crédito

A Companhia possui diversificação da carteira de clientes, no montante de 78% do total do faturamento. Paralelamente, a Companhia realiza continuo acompanhamento dos prazos de financiamento das vendas.

Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações. Neste contexto, a Companhia está promovendo ações que visam a integridade deste capital. Para esta finalidade, ações relacionadas à redução do endividamento bancário, redução de custos promovidos através de melhores negociações com fornecedores, diminuição das despesas financeiras, renegociação de contratos junto aos clientes da Companhia e através de ações organizadas para a redução dos seus custos fixos e despesas comerciais e administrativas, proporcionando desta forma, retorno aos seus acionistas e garantia as demais partes interessadas.

Análise de Sensibilidade de Instrumentos Financeiros

A Companhia entende que os demais instrumentos financeiros não apresentaram riscos relevantes, e portanto, dispensam a demonstração da análise de sensibilidade, referida na Instrução CVM nº 475/08 e Deliberação CVM nº 550/08.

NOTA 5 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

	<u>30/09/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
ATIVOS FINANCEIROS		
Mensurado pelo Valor Justo por meio do Resultado		
Caixa e Equivalentes de Caixa	874	683
Recebíveis		
Contas a Receber de Clientes	14.890	11.952
Depósitos Judiciais	1.124	845
TOTAL ATIVOS FINANCEIROS	16.888	13.480
PASSIVOS FINANCEIROS		
Outros Passivos Financeiros		
Fornecedores	8.513	8.397
Empréstimos e Financiamentos	10.850	6.450
TOTAL PASSIVO FINANCEIRO	19.363	14.847

NOTA 6 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

São constituídos pelos saldos de caixa e bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata. As aplicações financeiras referem-se basicamente a aplicações pós fixadas e de liquidez imediata, sem perdas significativas no resgate antecipado. As aplicações financeiras são atualizadas até o limite do valor de mercado desses títulos e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

	<u>30/09/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Caixa	5	1
Bancos Conta Movimento	268	50
Aplicações Financeiras	601	632
Total de Caixa e Equivalentes	874	683

NOTA 7 – CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E DEMAIS CONTAS A RECEBER

Os títulos de créditos são compostos por duplicatas e outros títulos, gerados no processo de vendas de mercadorias e estão registrados pelo seu valor de realização.

	<u>30/09/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Contas a Receber de Clientes	17.466	14.202
(-) Provisão Credito Liquidação Duvidosa	(2.576)	(2.250)
Contas a Receber de Clientes	14.890	11.952
Outros Créditos	98	69
Parcela Circulante	14.988	12.021
Total a Receber de Clientes	14.890	11.952
Total das Demais Contas a Receber	98	69
Total Geral	14.988	12.021
Aging List Contas a Receber de Clientes	<u>30/09/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Vencidos	5.802	7.109
A vencer em até 3 meses	9.866	6.077
A vencer entre 3 e 6 meses	1.798	1.016
Contas a Receber de Clientes	17.466	14.202
Contas a Receber por Tipo de Moeda	<u>30/09/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Reais	14.988	12.021
Contas a Receber de Clientes	14.988	12.021

Na avaliação efetuada para fins de determinação do ajuste a valor presente, não foi constatada a aplicabilidade deste ajuste, pois o contas a receber possui liquidação em curtíssimo prazo de vencimento das faturas.

NOTA 8 - ESTOQUES

Os produtos acabados foram avaliados pelo custo de produção. As matérias primas, secundárias, embalagens e materiais diversos no almoxarifado, pelo custo médio de aquisição, não superando ao valor de mercado.

Em 30 de Setembro de 2014 os estoques apresentam um valor de R\$ 16.164 mil e estão registrados ao seu valor justo realizável menos o custo das vendas. Nenhum dos bens constantes em estoques da Companhia encontram-se sob penhor de garantia a quaisquer tipos de passivo ou empréstimo. Abaixo demonstramos os saldos deste grupo:

	<u>30/09/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Produtos acabados	13.026	10.286
Matérias primas	2.593	2.761
Embalagens	1.263	253
Outros materiais	1.985	525
Operações com Terceiros	158	111
Mat. Rec p/ Industrialização	139	583
Provisão p/Perdas de Estoque	(2.033)	-
Total dos Estoques	17.131	14.519

NOTA 9 - ADIANTAMENTO A FORNECEDORES

	30/09/2014	31/12/2013
Tomasoni Indústria de Máquinas Ltda	-	2.489
Outros Fornecedores	816	977
Total Adiantamentos a Fornecedores	816	3.466

NOTA 10 - IMPOSTOS A RECUPERAR

	30/09/2014	31/12/2013
PIS	1	-
COFINS	2	-
IRRF	42	48
IRPJ/CSLL Estimativa	71	65
Saldo Negativo IRPJ/CSLL	231	206
ICMS Diferido Aparente	-	11
ICMS sobre ativo imobilizado	38	14
Impostos a Compensar	-	18
Adto p/ Parcelamento (REFIS)	188	-
Parcela Circulante	573	362
ICMS sobre ativo imobilizado	72	6
Parcela Não Circulante	72	6
Total de Impostos a Recuperar	645	368

NOTA 11 - OUTROS CRÉDITOS

	30/09/2014	31/12/2013
Ativo Circulante		
Outros Créditos	98	69
Total Circulante	98	69
Ativo Não Circulante		
Depósitos Judiciais - Trabalhistas	1.124	845
Total Não Circulante	1.124	845
Total Outros Créditos	1.222	914

NOTA 12 - PARTES RELACIONADAS

	Ativo Não Circulante	
	Mútuos	
	30/09/2014	31/12/2013
EKN Administração e Participações	773	759
Cocelpa Cia de Celulose e Papel	928	-
	1.701	759

	Passivo Circulante	
	Contas a Pagar	
	30/09/2014	31/12/2013
Cocelpa Cia de Celulose e Papel	656	1.057
	656	1.057

	Passivo Não Circulante	
	Mútuo	
	30/09/2014	31/12/2013
Compet Agro Florestal	2.158	2.158
Arpeco Artefatos de Papel S.A.	85	121
	2.243	2.279

	Resultado (Despesas)	
	Custos	
	30/09/2014	30/06/2013
Cocelpa Cia de Celulose e Papel	4.188	5.329
	4.188	5.329

As condições aplicadas às empresas relacionadas equivalem às mesmas condições aplicadas ao mercado.

NOTA 13 - CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS DIFERIDOS

A composição dos tributos diferidos classificados em longo prazo tem como base a constituição de provisões de contingências, provisão de credores de liquidação duvidosa e provisão para perdas (Impairment).

	Base Cálculo	Alíquota IRPJ	Alíquota CSLL	Crédito IRPJ	Crédito CSLL	Total
Contingência Trabalhista	1.236	25%	9%	309	111	420
Contingência Tributária	8.851	25%	9%	2.213	797	3.010
Prov. Para Créditos de Liq Duvidosa	2.576	25%	9%	644	232	876
Provisão p/ Impairment	26.460	25%	9%	6.615	2.381	8.996
Provisão p/ Conting. de Estoque	2.033	25%	9%	508	183	691
Parcela Não Circulante	41.156			10.289	3.704	13.993

NOTA 14 - IMOBILIZADO

A Companhia efetua anualmente a revisão da vida útil dos imobilizados em atendimento ao ICPC 10 – Interpretação sobre a aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28 e 37, o qual exige que a vida útil e o valor residual do imobilizado seja revisada no mínimo a cada exercício.

IMOBILIZADO									
	Terrenos	Edific. e Benf.	Maquinas e Equip.	Instal.	Móveis e Utensílios	Veículos	Outros	Imobiliz. Andam.	Total
Saldo Inicial	7.002	11.808	48.556	818	361	14	133	1.333	70.025
Adições	-	-	156	-	25	-	20	19	220
Depreciação	-	(604)	(1.996)	(306)	(38)	(6)	(29)	-	(2.979)
Impairment	(2.084)	(3.514)	(14.452)	(243)	(107)	(4)	(41)	(397)	(20.842)
Saldo Final	4.918	7.690	32.264	269	241	4	83	955	46.424
Em 31 de Dezembro de 2013									
Custo	7.002	19.911	74.986	4.380	694	62	405	1.352	108.792
Dep. Acum. e Impairment	(2.084)	(12.221)	(42.722)	(4.111)	(453)	(58)	(322)	(397)	(62.368)
Valor líquido contábil	4.918	7.690	32.264	269	241	4	83	955	46.424
Saldo Inicial	4.918	7.690	32.264	269	241	4	83	955	46.424
Adições	-	-	2.155	6	19	-	52	-	2.232
Depreciação	-	(597)	(1.467)	(169)	(31)	(4)	(22)	-	(2.290)
Saldo Final	4.918	7.093	32.952	106	229	-	113	955	46.366
Em 30 de Setembro de 2014									
Custo	7.002	19.911	77.141	4.386	713	62	457	1.352	111.024
Dep. Acum. e Impairment	(2.084)	(12.818)	(44.189)	(4.280)	(484)	(62)	(344)	(397)	(64.658)
Valor líquido contábil	4.918	7.093	32.952	106	229	-	113	955	46.366

A depreciação do ativo imobilizado de R\$ 2.290 Milhões é proveniente de R\$ 2.248 Milhões registrados no custo e R\$ 42 Mil registrados nas despesas administrativas.

NOTA 15 - DIFERIDO

Estão registrados os gastos pré-operacionais, modernizações e ampliação amortizados na forma da Legislação do Imposto de Renda artigo 327 RIR/99 e legislação societária artigo 183 parágrafo 3º, da Lei 6.404/76 na base de 10% a.a.

Estes gastos foram mantidos neste grupo até a sua completa amortização e foram submetidos ao teste de recuperabilidade, onde não foram identificadas perdas por "impairment".

	<u>30/09/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Despesas Preliminares de Operação	1.497	1.497
(-) Amortização	(1.400)	(1.164)
Valor líquido contábil	97	333

A amortização do ativo diferido esta contabilizada na sua totalidade como despesas administrativas.

NOTA 16 - RECUPERABILIDADE DOS ATIVOS (IMPAIRMENT)

Anualmente ou quando houver indicação de perda relevante, a Companhia realiza testes de recuperabilidade do saldo contábil de ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos não circulantes para determinar se estes sofreram perdas por "Impairment".

No que concerne ao embasamento legal de acordo com os termos da Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09, e do Pronunciamento Técnico CPC 01 – (R1) Redução ao Valor Recuperável de Ativos emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) criado por meio de Resolução n° 1.055/05 do Conselho Federal de Contabilidade, sendo este Pronunciamento aprovado pela CVM, por meio da deliberação CVM n° 639/10 e pelo CFC pela NBC TG 01 – Resolução n° 1292/10.

No Exercício de 31 de Dezembro de 2013, a Companhia realizou estudos por meio dos quais são demonstrados através do Laudo n° 71/2014 fornecido pela Empresa Ferrari Organização e Avaliações Patrimoniais Ltda. inscrita no CNPJ 93.272.003/0001-65, o diagnóstico das evidências suficientes de Impairment, neste contexto, a companhia visando o atendimento ao disposto no CPC 01, efetivou um complemento da provisão para Redução ao Valor Recuperável de Ativos, no montante de R\$ 20.842 Mil, o qual somado ao saldo de provisão já existente perfaz um total de R\$ 26.460 Mil.

NOTA 17 - FORNECEDORES

	<u>30/09/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Contas a Pagar a Fornecedores	8.513	8.397
Contas a Pagar a Fornecedores	8.513	8.397
Outras Obrigações	279	454
Total de Outras Obrigações	279	454
Aging List Contas a Pagar	30/09/2014	31/12/2013
Vencidos	4.153	4.652
A vencer em até 3 meses	3.665	3.471
A vencer entre 3 e 6 meses	160	117
A Vencer de 6 meses a 1 ano	251	139
A vencer acima de 1 ano	284	18
Contas a Pagar a Fornecedores	8.513	8.397

NOTA 18 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A natureza das obrigações pode ser elencada como segue:

Empréstimos e Financiamentos

	<u>30/09/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Circulante		
Capital de Giro	54	45
Conta Garantida	1.216	1.244
Financiamentos	968	1.792
Duplicatas Descontadas	8.612	3.369
Total de Empréstimos e Financiamentos	10.850	6.450

a) Vencimentos

	<u>30/09/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Por Data de Vencimento		
Em até 6 meses	10.551	5.256
De 6 meses a 1 ano	299	1.194
	10.850	6.450

b) Moeda

	<u>30/09/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Por Tipo de Moeda		
Reais	10.850	6.450
	10.850	6.450

c) Indexadores

	<u>30/09/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Por Indexação		
Taxas Pré-Fixadas - Capital de Giro	0,55%	0,55%
Taxas Pré-Fixadas - Conta Garantida	3,50%	3,50%
Taxas Pré-Fixadas - Financiamento (CDC)	1,61%	1,61%
Taxas Pré-Fixadas - Duplicatas Descontadas	1,60%	1,60%

Todos os empréstimos e financiamentos acima estão garantidos por duplicatas a receber dos clientes.

NOTA 19 - OBRIGAÇÕES SOCIAIS

Está composta por:

	<u>30/09/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Salários a Pagar	393	381
INSS	5.253	3.076
FGTS	1.047	769
Provisões e Encargos	1.522	959
Parcelamento Previdenciários	578	466
Contribuição Sindical	50	-
Parcela Circulante	8.843	5.651
INSS a Recolher	-	1.724
Parcelamentos Previdenciários	2.123	1.758
Parcela Não-Circulante	2.123	3.482

NOTA 20 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

		<u>30/09/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
ICMS	a)	164	191
PIS	b)	2.731	2.018
COFINS	b)	13.843	10.392
IPI	b)	59.671	49.648
INSS S/ FATURAMENTO		1.237	648
IRRF		408	141
IRPJ		752	316
CSLL		188	55
ISS		16	6
INSS Retido Fonte		22	-
PIS/COFINS/CSLL		37	7
Parcelamento Lei 11.941/2009	b)	2	2
Parcelamento Federal		574	539
Parcelamento Estadual - ICMS	c)	1.780	-
Parcela Circulante		81.425	63.963
Parcelamento Lei 11.941/2009	b)	18	18
Parcelamento Federal		845	1.198
Parcelamento Estadual - ICMS	c)	6.824	-
Parcela Não-Circulante		7.687	1.216

- a) No período de Janeiro a Setembro de 2014 a Companhia obteve o montante de R\$ 1.597 Mil em incentivos fiscais – FAIN (referente de crédito presumido do ICMS), incentivo fiscal do governo da Paraíba. De acordo com a Resolução 025/2010, ratificada pelo decreto nº 31.837/2010, proporcionou a Companhia o direito a utilização do crédito presumido de 74,25% do saldo devedor do ICMS apurado mensalmente, relativo às saídas decorrentes da produção industrial própria incentivada, com vencimento em até 02 de dezembro de 2025, o que subsidiará a Companhia parte dos investimentos necessários para ampliação de sua

capacidade instalada e manutenção de seu parque fabril.

- b) Saldo acumulado de PIS, COFINS e IPI sobre o faturamento de abril de 2011 a Setembro de 2014, não recolhido, com expectativa de parcelamento futuro. Está incluído nos saldos destes tributos, o montante de R\$ 62.965 mil, relacionados ao programa de recuperação fiscal – REFIS, proporcionado pela lei 11.941/2009, os quais foram excluídos do programa pela Receita Federal do Brasil. A regulamentação do programa prevê que a inadimplência por três meses consecutivos ou seis meses alternados, o que primeiro ocorrer, relativamente às parcelas mensais do REFIS ou a qualquer dos tributos ou contribuições abrangidos pelos parcelamentos, pode resultar em exclusão dos referidos programas. As principais consequências resultantes da exclusão do REFIS é a exigibilidade imediata da dívida, a atualização pela SELIC e a reconsideração das multas reduzidas dos débitos consolidados. A Companhia encontrava-se inadimplente com os pagamentos relativos ao período de agosto 2012 até novembro 2013 o que, conforme mencionado acima, resultou na perda do direito de manutenção desse parcelamento. As principais consequências da perda desse direito foi o vencimento imediato do referido parcelamento e o aumento da dívida em decorrência da aplicação de juros e acréscimos moratórios sobre o valor devido.
- c) A companhia aderiu em Junho de 2014 o Programa de Recuperação de Créditos Tributários relacionados ao ICMS, de acordo com Medida Provisória nº 225 de 28 de Abril de 2014, instituída pelo estado da Paraíba. Através deste, a empresa pode parcelar todos os débitos pendentes relacionados ao ICMS, inclusive parcelamento já existente.

NOTA 21 - ADIANTAMENTO DE CLIENTES

Corresponde a adiantamentos efetuados por clientes, que em sua maioria, realizam os pagamentos a vista para retirada dos produtos posteriormente.

Adiantamento de Clientes	30/09/2014	31/12/2013
CCB - CIMPOR CIMENTOS DO BRASIL LTDA	110	104
SERIDO EMBALAGENS LTDA ME	94	-
INDAIA BRASIL AGUA MINERAIS LTDA	88	76
SUCOS DO BRASIL S/A	71	16
VASPEL IND E COM DE PAPEIS LTDA	65	-
MAURICIO ANGELO DE SOUZA	48	-
INGENOR INDUSTRIA GESSO NORDESTE LTDA.	42	-
RUB GESSO COM DE GESSO E SERVICOS DE TRANS. ROD. DE CARGAS - ME	36	-
M DIAS BRANCO S.A. INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS	36	-
OUTROS	618	976
Total Adiantamento de Clientes	1.208	1.172

NOTA 22 - PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia mantém provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas, cuja possibilidade de perda foi avaliada como de risco provável e para as contingências possíveis, houve a provisão de 50% do risco.

A administração da companhia prevê que a provisão para contingência constituída é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos judiciais. Parte destas contingências está suportada por depósitos judiciais relacionadas aos processos em discussão, conforme quadro abaixo:

Trabalhistas, tributárias:

A companhia é parte envolvida em processos trabalhistas e tributários em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais.

As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais internos e externos.

A natureza das obrigações pode ser sumariada como segue:

Possíveis	Risco	30/09/2014	Risco	31/12/2013
Tributárias	5.837	2.919	5.837	2.919
Total de Possíveis	5.837	2.919	5.837	2.919
Provável	Risco	30/09/2014	Risco	31/12/2013
Tributárias	5.931	5.931	5.931	5.931
Trabalhistas	1.236	1.236	1.236	1.236
Total de Provável	7.167	7.167	7.167	7.167
Depósitos Judiciais	(1.124)	(1.124)	(845)	(845)
Total Contingências	11.880	8.962	12.159	9.241

NOTA 23 - IMPOSTOS DIFERIDOS

As alíquotas destes impostos, definidas atualmente para determinação desses débitos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social, que refletem sobre o ajuste de avaliação patrimonial ocorrido sobre o ativo imobilizado da companhia.

Base	30/09/2014	31/12/2013
Reavaliação Imobilizado	63.992	64.598
IRPJ Diferido (25%)	15.998	16.150
CSLL Diferida (9%)	5.759	5.813
Total Impostos Diferidos	21.757	21.963

NOTA 24 - REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros de administração e diretores.

	<u>30/09/2014</u>	<u>30/09/2013</u>
Remuneração de Conselheiros	213	137
Remuneração de Diretores	176	165
Total	389	302

NOTA 25 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>30/09/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Resultado do Exercício	(24.614)	(36.449)
Prejuízos Acumulados Anteriores	(92.595)	(57.066)
Prejuízos Acumulados Total	(117.209)	(93.515)
Capital Social	22.338	22.338
Ajuste Avaliação Patrimonial	37.833	38.753
Patrimônio Líquido	(57.038)	(32.424)

Capital Social

O Capital Social realizado é composto por 18.122.099 ações, que correspondem a R\$ 22.338 mil. A composição é a seguinte:

Ações	Autorizado		Realizado		a Subscriver	
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
Ordinárias	16.600.183	78	14.048.567	78	2.551.616	78
Preferenciais	4.813.384	22	4.073.532	22	739.852	22
Total	21.413.567	100	18.122.099	100	3.291.468	100

Composição do Controle Acionário em 30/09/2014 – Principais Acionistas (Ações Ordinárias)

EKN – Embalag. Kraft do NE Ltda	13.712.687	13.712.687
Diversos Terceiros Minoritários	335.880	335.880
Total	14.048.567	14.048.567

NOTA 26 - RECEITAS BRUTAS

	<u>30/09/2014</u>	<u>30/09/2013</u>
Mercado Interno		
Papel Kraft	5.178	4.548
Sacos	10.367	11.644
Materiais diversos	1.118	994
Caixas	37.865	29.162
Chapa de papelão	6.043	4.536
Total Mercado Interno	60.571	50.884
<i>(-) Impostos sobre Vendas</i>	(16.836)	(14.198)
<i>(-) Devoluções e Abatimentos</i>	(5.050)	(3.158)
Receita Líquida	38.685	33.528

NOTA 27 - DESPESAS COM VENDAS

	<u>30/09/2014</u>	<u>30/09/2013</u>
Honor. Sal. Encargos e Benefícios	(543)	(497)
Serviços, Aluguéis e Fretes	(36)	(1.283)
Energia, Água e Comunicações	(13)	(12)
Materiais de Consumo	-	-
Impostos Taxas e Contribuições	(9)	-
Gastos Gerais	(95)	(52)
Total	(696)	(1.844)

NOTA 28 - DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	<u>30/09/2014</u>	<u>30/09/2013</u>
Honor. Sal. Encargos e Benefícios	(3.170)	(1.647)
Serviços, Aluguéis e Fretes	(750)	(542)
Energia, Água e Comunicações	(291)	(124)
Materiais de Consumo	(378)	(397)
Impostos Taxas e Contribuições	(9)	(6)
Gastos Gerais	(291)	(117)
Total	(4.889)	(2.833)

NOTA 29 - OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

	30/09/2014	30/09/2013
(+) Outras Receitas		
Incentivo FAIN	1.597	1.676
Reversão de Provisões	61	53
Recuperação de Despesas	4	-
Outras Receitas	9	183
Total Outras Receitas	1.671	1.912
(-) Outras Despesas		
Despesas Processos Trabalhistas	-	(14)
Provisão para Perdas	(1.181)	(195)
Outras Despesas	(4.299)	(530)
Total Outras Despesas	(5.480)	(739)
Total	(3.809)	1.173

NOTA 30 - RESULTADO FINANCEIRO

	30/09/2014	30/09/2013
(+) Receitas Financeiras		
Juros s/ Aplicações Financeiras	28	64
Juros s/ Participações	-	1
Juros Mora Ativos	63	40
Descontos Obtidos	12	18
Variações Cambiais	11	38
Outros Juros Ativos	8	1
Total Receitas Financeiras	122	162
(-) Despesas Financeiras		
Juros s/ Financiamentos	(942)	(890)
Juros s/ Duplicatas Descontadas	(1.377)	(665)
Juros Mora Passivos	(189)	(334)
Juros Recolhimento de Tributo	(12.969)	(7.340)
Multas Recolhimento de Tributo	(1.174)	(65)
Descontos Concedidos	(3)	(7)
Despesas Bancárias	(311)	(210)
Variações Cambiais	(198)	-
Outras Despesas Financeiras	(38)	(31)
Total Despesas Financeiras	(17.201)	(9.542)
Total Resultado Financeiro	(17.079)	(9.380)

NOTA 31 - DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA

A Companhia optou por apresentar a Demonstração do Resultado por função. Conforme requerido pelo IFRS, apresenta a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado consolidado por natureza:

	<u>30/09/2014</u>	<u>30/09/2013</u>
NATUREZA DA DESPESA		
Depreciação e Amortização	2.526	2.490
Despesas com Pessoal	9.013	7.552
Matérias-Primas e Materiais de uso e Consumo	23.894	21.140
Serviços de Terceiros	7.986	5.070
Outras Despesas Operacionais	5.480	739
Total Natureza da Despesa	48.899	36.991
FUNÇÃO DA DESPESA		
Custo dos Produtos e Serviços Vendidos	37.834	31.575
Despesas com Vendas	696	1.844
Despesas Gerais e Administrativas	4.889	2.833
Outras Despesas Operacionais	5.480	739
Total Função da Despesa	48.899	36.991

NOTA 32 - INFORMAÇÃO SUPLEMENTAR – LAJIDA (EBITDA)

Conforme instrução CVM 527/12, a Companhia aderiu à divulgação voluntária de informações de natureza não contábil como informação adicional agregada em suas informações trimestrais, apresentando o LAJIDA (EBITDA) – Lucros Antes dos Juros, Impostos sobre Renda incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização, para os períodos de seis meses findos em 30 de setembro de 2014 e de 2013. Em linhas gerais, o LAJIDA (EBITDA) representa a geração operacional de caixa da Companhia, correspondente ao quanto à empresa gera de recursos apenas em suas atividades operacionais, sem levar em consideração os efeitos financeiros e de impostos. Ressalva-se que este não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como base para distribuição de dividendos, alternativa para o lucro líquido, ou ainda, como indicador de liquidez.

<u>EBITDA (LAJIDA)</u>	<u>30/09/2014</u>	<u>30/09/2013</u>
Receita Operacional Líquida	38.685	33.528
Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(37.834)	(31.575)
Resultado Operacional Bruto	851	1.953
(-) Despesas com Vendas	(696)	(1.844)
(-) Despesas Gerais e Administrativas	(4.889)	(2.833)
(+) Depreciação/Amortização	2.526	2.490
(+) Outras Receitas e Despesas	(3.809)	1.173
EBITDA	(6.017)	939
% s/ Receita Operacional Líquida	-15,55%	2,80%

NOTA 33 - AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS DA LEI Nº 12.973/14

Em 13 de maio de 2014 foi publicada a Lei nº 12.973/14, conversão da Medida Provisória (MP) nº 627, que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT), dentre outras providências, vigentes a partir de 2015 podendo ser adotada de forma antecipada em 2014.

Desta forma, dentro do prazo previsto, a Companhia está avaliando os impactos de sua adoção antecipada para 2014, ou somente em 2015.

NOTA 34 - COBERTURA DE SEGUROS

A companhia mantém seguro do seu parque fabril com a empresa Marítima Seguros S.A. e considera o seu valor suficiente para cobrir eventuais sinistros em suas instalações industriais e administrativas.

Seguros	
Seguradora:	Marítima Seguros S.A.
Modalidade:	Patrimonial
Objeto:	O presente seguro garante, até o Limite Máximo de Indenização, definido pelo segurado e/ou ao Limite Máximo de Garantia da Apólice, nos termos das Condições Contratuais, o pagamento de indenização por prejuízos decorrentes dos riscos cobertos, causados a edifícios, benfeitorias, maquinismos, móveis, utensílios, mercadorias e matérias primas.
Coberturas:	Incêndio (inclusive decorrente de Tumultos, Queda de Raio, Explosão e Implosão de Qualquer natureza). Vendaval, Furacão, Ciclone, Tornado, Granizo, Impacto de Veículos Terrestres e fumaça. Equipamentos Móveis (Com tração própria). Roubo e/ou Furto Qualificado de Bens nas Dependências do Segurado. Recomposição de Registros e Documentos. Tumultos, Greves, Lock Out e Atos Dolosos
Vigência:	O seguro terá o seu início às 24h:00 min (vinte e quatro horas) a partir do dia 27/03/2014 até 24h:00 min (vinte e quatro horas) do dia 27/03/2015
Limites Máximos de Indenização	<ul style="list-style-type: none"> • Básica - Incêndio, inclusive decorrente de Tumultos, Queda de Raio, Explosão e Implosão de Qualquer natureza – R\$ 124.000.000,00 • Danos Elétricos – R\$ 3.000.000,00 • Equipamentos Eletrônicos, sem roubo – R\$ 100.000,00 • Equipamentos Estacionários – R\$ 100.000,00 • Equipamentos Móveis (Com tração própria) – R\$ 100.000,00 • Roubo e/ou Furto Qualificado de Bens nas Dependências do Segurado – R\$ 50.000,00 • Tumultos, Greves, Lock Out e Atos Dolosos – R\$ 1.000.000,00 • Vendaval, Furacão, Ciclone, Tornado, Granizo, Impacto de Veículos Terrestres e fumaça – R\$ 4.000.000,00

NOTA 35 - OUTRAS INFORMAÇÕES

Relacionamento com Auditores Independentes

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381/03, a empresa de auditoria Martinelli Auditores não prestou serviços não relacionados à auditoria externa em patamares superiores a 5% do total de seus honorários. A política da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa com seus auditores independentes está fundamentada em princípios que preservam a independência desses profissionais. Esses princípios, que seguem diretrizes internacionalmente aceitas, consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

Conde (PB), 27 de Outubro de 2014.

Cristiano Ciriaco Delgado
Diretor Presidente e
Diretor de Relações com Investidores

Wilson Amorim de Oliveira
Contador
CRC 229246/O-8